

Resenha / Book review

Resenha: Introdução às teorias da argumentação

Review: Introdução às teorias da argumentação

Gabriel Isola-Lanzoni 

Universidade de São Paulo, Brasil

gabriel.lanzoni@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2066-1298>

Recebido em: 03/10/2023 | Aprovado em: 20/11/2023



LINHA D'ÁGUA

Todo conteúdo da *Linha D'Água* está sob Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0.

A obra *Introdução às Teorias da Argumentação*, organizada pelo Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris e pelo Prof. Dr. Rui Alexandre Grácio, marca um momento oportuno para os estudos de argumentação no Brasil, uma vez que busca, nas palavras dos organizadores, tornar-se “uma obra de referência sobre as principais teorias contemporâneas da argumentação” (p. 8). O livro reúne um conjunto de pesquisadores/as vinculados/as a instituições brasileiras e estrangeiras interessados/as nas distintas propriedades da argumentação, que são focalizadas em maior ou menor grau pelas diversas perspectivas teóricas contemporâneas. As doze perspectivas discutidas são representativas de um panorama dos estudos argumentativos tanto no âmbito mundial quanto no contexto brasileiro, haja vista a apropriação desses arcabouços por parte de pesquisadores/as brasileiros/as para reflexões e para proposições acerca da argumentação a partir de seus interesses, em especial, no tocante aos estudos da linguagem.

Por se propor como uma obra de referência, muitas são as chaves de leitura possíveis. Assumimos, nesta resenha, a leitura viabilizada pelo tema do dossiê que esta resenha integra. Essa leitura emergiu do questionamento sobre o lugar de uma obra como essa no contexto brasileiro de 2023, considerando, sobretudo, o cenário que marca a formação de atuais – e futuros – pesquisadores/as interessados/as nos estudos argumentativos em nosso país.

Para iniciar a discussão da obra, consideramos válido retomar a forte presença do arcabouço retórico nas primeiras pesquisas sobre argumentação no Brasil. Além da relevância de Aristóteles – sobretudo na área de Filosofia –, *O Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, influenciou – e ainda influencia – fortemente os estudos de argumentação no Brasil, marcando uma geração de pesquisadores/as¹. *O Tratado* consistiu na porta de entrada dos estudos argumentativos no país, sobretudo nos anos 2000, após a publicação da edição em português pela editora Martins Fontes em 1996. O contato com a obra, contudo, sofreu influência das vinculações teóricas dos/as pesquisadores/as, sobretudo dos estudos discursivos e textuais. Isso marca uma trajetória singular nos estudos argumentativos no país, uma vez que a leitura da Nova Retórica e a sua incorporação em investigações foi enquadrada por interesses textuais e discursivos, já caros à área dos estudos da linguagem.

Não é fortuito, portanto, que os organizadores da obra que resenhamos tenham optado por abrir o livro com um capítulo dedicado à Nova Retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Nesse capítulo, o autor, o Prof. Dr. Moisés Olímpio-Ferreira, passa pelas principais noções da proposta teórica de Perelman, como auditório – particular e universal –, figuras, acordos e – brevemente – técnicas argumentativas, que atuam para promover a adesão dos espíritos às teses apresentadas publicamente. Embora a primeira seção do capítulo careça de uma melhor contextualização, o leitor pode identificar, ao longo do capítulo, a oposição que Perelman busca promover entre a clássica busca pela verdade e pelo bem absoluto em face da

¹ Podemos identificar essa influência já em 1979, ano de publicação do livro *Argumentação e Discurso Político*, de Haqaira Osakabe, que já se valia d’*O Tratado* antes mesmo de sua primeira tradução para o português, que ocorreria apenas em 1996.

ponderação do verossímil, do razoável, dos juízos de valor para a adesão do auditório a determinadas teses. Esta consistiria no campo da argumentação, uma vez que se compreenderia que “a racionalidade argumentativa [se] fundamenta em uma filosofia do razoável, cujos raciocínios relativos à adesão são compatíveis com a liberdade humana, suas vontades e razões imperfeitas” (p. 37).

Nesse sentido, os acordos – enquanto pontos de partida que o orador projeta como partilhados ou não com o auditório –, as figuras – compreendidas como estratégias de elocução para promover comunhão com auditório bem como para enquadrar e salientar dadas descrições e avaliações em prol da perspectiva do orador –, os argumentos de ligação e de dissociação, atuam como estratégias orientadas à promoção da adesão de um auditório a uma tese. Nesse processo, o discurso passa a ser central, uma vez que é por meio dele que o condicionamento do auditório é realizado, de maneira que seus modos de organização – *inventio* e *dispositio* – ganham foco em associação à forma como o discurso é proferido – *elocutio*.

O foco da Nova Retórica em compreender a “argumentação como produto de uma racionalidade que justifica a tomada de posição por meio de razões sociais de ordem prática, valorizando a conflitualidade e a contingência inerentes à prática dinâmica dos processos comunicativos” (p. 48) foi explorado por perspectivas mais recentes que valorizam aspectos interacionais e dialéticos da argumentação – como algumas que são tratadas no livro. Isso não é de se estranhar, dado que *O Tratado* marcou o renascimento dos estudos da argumentação na metade do século XX.

Esse renascimento, contudo, não decorreu apenas da obra de Perelman e de Olbrechts-Tyteca. Merece semelhante destaque Stephen Toulmin, que publica, também em 1958, a obra *Os usos do argumento*, que marca uma oposição à forma como a área de Lógica Formal Dedutiva tratava da argumentação. O segundo capítulo, de autoria do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, discute o modelo de Toulmin e seu contexto de publicação e de recepção.

Algumas das preocupações de Toulmin aproximam-se das de Perelman, como explica Gonçalves-Segundo, dado o fato de que o filósofo britânico concebia que “os critérios lógico-matemáticos das abordagens dedutivas de então [década de 1950], que se pretendiam universais, não podiam ser aplicados satisfatoriamente para explicar a argumentação cotidiana e a argumentação nos diversos campos de atividade, uma vez que tais práticas lidam com o provável e com o plausível, com as coerções do contexto, com os acordos forjados no seio de ‘comunidades de conhecedores’ (Langsdorf, 2011) e com as indeterminações da linguagem verbal” (p. 53). Toulmin, dessa forma, considerava aspectos contextuais em sua concepção de argumentação, o que é verificado também na diferença que faz entre componentes de seu modelo/*layout* que são campo-independentes – *Alegação*, *Garantia* e *Dado* –, uma vez que estruturariam qualquer argumento, em qualquer campo em que a argumentação se desenvolva, dado que especificariam o modo de funcionamento da fundamentação de uma posição; e

componentes campo-dependentes – *Base*, *Qualificação/Modalização* e *Reserva*² –, cuja construção em argumentos não é obrigatória, uma vez que estão associados à blindagem do argumento a críticas externas, o que depende dos modos validados socialmente de se argumentar nos distintos campos de atuação humana.

No capítulo, Gonçalves-Segundo promove uma discussão sobre o último componente, a *Reserva*, tipicamente conhecido como *Refutação*, dada uma imprecisão de tradução para o português. O autor diferencia o “conjunto de ressalvas ou de restrições que antecipam uma fragilidade do movimento argumentativo como um todo” (p. 76), que condiz com a discussão sobre *Reservas* promovida por Toulmin, Richard Rieke e Allan Janik em *An introduction to reasoning*, da noção de *Refutação*, entendida como “críticas e ataques efetivos ao movimento argumentativo do outro” (p. 78). O autor finaliza o capítulo apresentando uma reformulação do *layout* de Toulmin, que articula os seis componentes propostos por Toulmin, e a teorização sobre refutações internas e externas, trazidas do arcabouço da Lógica Informal via Walton (2013).

Consideramos válido ressaltar o quanto o arcabouço perelmaniano e toulminiano foram influentes nas demais perspectivas que surgiram na segunda metade do século XX, como é o caso da Lógica Informal, que dialoga mais fortemente com as reflexões promovidas por Toulmin.

A Lógica Informal é abordada no terceiro capítulo, escrito pelo Prof. Dr. Rui Alexandre Grácio. Assim como Perelman e Toulmin, a Lógica Informal surge pelo descontentamento com a lógica formal. Blair e Johnson – propositores da perspectiva – identificavam “uma distância entre o que a lógica ensinava – ou seja, o raciocínio lógico-necessário – e a acuidade analítica, interpretativa, imaginativa e reflexiva que deveria fazer com que o cidadão fosse capaz de compreender e interpretar criticamente as informações do mundo que o rodeia” (p. 92).

Embora seja confundida, por vezes, como uma teoria, a Lógica Informal consiste em uma área de conhecimento que congrega distintas propostas teóricas que assumem como centro o encadeamento de premissas e conclusões, o que faz com que a área seja mais conhecida pela sua preocupação com a descrição dos raciocínios argumentativos e com a avaliação dos argumentos em termos de *cogência*. Como Grácio relata, a área reconhece três critérios para a avaliação – conhecidos em língua inglesa como os critérios RSA: i. aceitabilidade, que questiona se as premissas são verdadeiras, prováveis ou confiáveis; ii. relevância, que questiona se as premissas são apropriadas para a conclusão que buscam sustentar; e iii. suficiência, que questiona se as premissas bastam para se concluir o que é defendido. O autor do capítulo explora os critérios de forma articulada a uma discussão sobre falácias, para a qual retoma reflexões de outros investigadores que propuseram avanços à área, como é o caso de Douglas Walton, foco do quarto capítulo.

² Alguns dos termos utilizados aqui podem diferir da tradução inicial d’*Os usos do argumento*. Isso decorre dos avanços das reflexões e dos refinamentos do modelo Toulmin em pesquisas recentes no contexto brasileiro (Gonçalves-Segundo, 2020; Gonçalves-Segundo; Isola-Lanzoni, 2019).

Nesse capítulo, a Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco trata da pragmática lógica de Douglas Walton, cujas contribuições aos estudos da argumentação são inúmeras e de peso. Vinculado à Lógica Informal, a avaliação dos argumentos e das argumentações estava no horizonte de Walton, mas o autor defendia que era necessário que o estudo do raciocínio argumentativo considerasse o contexto dialógico em que uma argumentação ocorreria; esse contexto, por sua vez, seria definido pragmaticamente. Nas palavras de Velasco, “a pragmática lógica [...] compreende, portanto, o estudo dos usos do raciocínio no contexto argumentativo, utilizando modelos normativos de raciocínio considerados adequados para os objetivos de vários tipos de diálogos” (p. 113). Para tanto, Walton teoriza, inicialmente na obra *Informal Logic: A Handbook for Critical Argumentation* (1989), os Tipos de Diálogos, que especificariam modos de funcionamento de determinados diálogos argumentativos, considerando a situação inicial, os objetivos dos participantes, o objetivo do diálogo, o método e os benefícios do diálogo.

Velasco sumariza 11 tipos de diálogos em quadro nas páginas 122 e 123, que integra as reformulações realizadas por Walton ao longo de décadas. É importante destacar que, desde a formulação inicial, Walton valeu-se da discussão sobre estágios do modelo de discussão crítica de Frans H. van Eemeren e de Rob Grootendorst, propositores da perspectiva Pragmadialética, que é tratada no capítulo seguinte.

A Pragmadialética – ou a Escola de Amsterdã – é discutida pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Assim como as perspectivas anteriores, a Pragmadialética também assume uma preocupação com a avaliação dos argumentos. Para tanto, propõe um conjunto de regras e parâmetros para a avaliação “em termos de validade objetiva (pensada em termos de resolução do problema/conflicto de opinião) e validade intersubjetiva (compreendida em termos de aceitabilidade e de acordos entre os participantes da interação argumentativa)” (p. 144). Essa preocupação – que já demonstra uma articulação com outras perspectivas de caráter mais lógico –, junto ao diálogo com os estudos da linguagem – centralizado na perspectiva pragmática – e, recentemente, com conceitos do arcabouço retórico – que introduz discussões acerca da eficácia e da razoabilidade em sua teorização – e, por fim, à diversidade de procedimentos metodológicos, configuram a teoria como ampla, a tal ponto de consistir em uma das perspectivas de maior alcance mundial.

Assumindo um recorte, Gonçalves-Segundo discute, no capítulo, os princípios metateóricos da perspectiva, seguido do Modelo de Discussão Crítico – sistematizado em quadro na página 173 – e a incorporação do arcabouço retórico tanto no modelo quanto no conceito de manobras estratégicas, que demarca critérios contextualmente dependentes na reflexão sobre, principalmente, falácias.

Em nossa leitura da obra que resenhamos, consideramos que foi o reconhecimento da relevância do arcabouço retórico sobre outras perspectivas que levou os organizadores a estruturar, na sequência do livro, três capítulos que tratam de perspectivas fundamentadas em reflexões retóricas. São elas: “Retórica Antilógica, Hegemonia discursiva e argumentação no

pensamento de Marc Angenot”; “Retórica Crítica nas distintas perspectivas de Michael Calvin McGee e Rayme McKerrow”; e “Problematologia, argumentação e retórica sob a visão filosófica de Michel Meyer”.

O Prof. Dr. Carlos Piovezani e o Prof. Dr. Mariano Dagatti iniciam seu capítulo com uma retomada biográfica e histórica do percurso de Marc Angenot, focalizando a sua atuação na Universidade McGill, no Canadá, e na Universidade Livre de Bruxelas, onde se doutorou e ocupou a cadeira de Retórica e História das ideias, anteriormente ocupada por Chaïm Perelman. Piovezani e Dagatti creditam à vivência histórica no período pós-guerra o interesse de Angenot pela polêmica, pelo arsenal argumentativo, pelo discurso social e pelo diálogo de surdos, como uma forma de “sublimação e uma forma produtiva de se lembrar e não deixar esquecer de todos os horrores que o homem pode fazer a seu semelhante, quando suas relações de força e poder substituem as palavras, mesmo as mais duras, por balas, bombas e canhões” (p. 192).

Embora Angenot se ancore nos estudos retóricos, os autores afirmam que o teórico era crítico da concepção de que a persuasão era possível por meios das regras e dos procedimentos gerais para sua obtenção, uma vez que ele entendia que “não se pode convencer com os mesmos meios em diferentes épocas, espaços, culturas e sociedades, além de questionar a eficácia e a frequência que seriam em princípio obtidas mediante o emprego das técnicas retóricas” (p. 200). Disso decorreu a teorização sobre diálogo de surdos.

Na sequência das perspectivas retóricas, a Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo e o Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris discutem a Retórica Crítica. Vale destacar a importância do livro em apresentar para o público brasileiro perspectivas retóricas que foram gestadas e desenvolvidas fora do âmbito francófono, uma vez que frequentemente foge ao/a pesquisador/a em formação no Brasil o conhecimento dessas propostas, como a discutida no sétimo capítulo, fortemente desenvolvida nos Estados Unidos.

A Retórica Crítica, como a Lógica Informal, constitui uma área de conhecimento, tendo como maiores representantes Raymie McKerrow³ e Michael Calvin McGee. A perspectiva surge de uma preocupação de McGee, que entendia que os estudos retóricos precisavam aprofundar as relações entre uma visão de mundo científica com questões de ética e de valor. É, contudo, com o ensaio *Critical rethoric: Theory and praxis*, publicado em 1989 por McKerrow, que os princípios norteadores da perspectiva são consolidados. Atualmente, Azevedo e Piris destacam a relevância da perspectiva em pesquisas que se engajam na emancipação dos sujeitos sociais em uma diversidade de temas e de objetos.

A terceira perspectiva do conjunto consiste na Problematologia, de Michel Meyer, que é discutida também pela Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo. O interesse pela

³ No volume 23, número 2 da *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação (EID&A)*, há uma entrevista com Raymie McKerrow, conduzida pela Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo e pela Profa. Dra. Patricia Alejandra Faúndez Ríos. A entrevista está disponível em português, em inglês e em espanhol. DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3918>.

perspectiva de Meyer pode ser verificado pela tradução de cinco de suas obras para o português, sendo *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução* a de maior destaque, uma vez que consiste – em sua versão em português – na quinta obra com maior número de citações de Meyer⁴.

Conforme Azevedo, Meyer defendia que não era concebível compreender a linguagem fora da interação, uma vez que o sujeito “age em resposta a um problema que surge na relação com o outro, e o que se diz ou escreve tem sempre um problema como ponto de partida, e sua expressão é uma tentativa de resolução” (p. 241). Disso decorre a centralidade da pergunta-resposta como o par essencial do pensamento humano, pois ora se busca resolver o problema, ora se busca dirigir o problema a outros sujeitos. Nesse processo, a retórica ganha relevância⁵, por ser compreendida por Meyer como “a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema” (Meyer, 1994, p. 42). Essa concepção de retórica influenciou outras perspectivas. Para ilustrar duas, podemos verificar: (i) a questão como ponto de partida no Modelo Dialogal de Christian Plantin, discutido no último capítulo do livro; e (ii) a negociação da distância presente na concepção de Christopher Tindale sobre a retórica e a sua função⁶.

Findada a sequência de abordagens retóricas, são tratados nos dois capítulos seguintes abordagens que, embora não consistam em perspectivas argumentativas, contribuíram para os estudos da argumentação. A primeira é a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), que tem Oswald Ducrot como proponente. No capítulo, os autores, a Profa. Dra. Ana Carolina Vieira Bastos e o Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, tratam das fases da teoria, desde o Descritivismo radical até a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), que consiste na fase atual, desenvolvida por Oswald Ducrot e por Marion Carel. A argumentação – ou a continuidade discursiva –, na perspectiva, é entendida como constituinte da significação. Para tratar da fase atual, os autores valem-se de diversos exemplos e sistematizam, em quadro na página 285, os principais conceitos da teoria. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre a Teoria da Polifonia, que advém, como afirmam os autores do capítulo, dos estudos de Mikhail Bakhtin, e que desempenha papel fundamental na perspectiva por opor-se ao pressuposto de unicidade do sujeito falante.

No capítulo seguinte, escrito pela Profa. Dra. Luci Banks-Leite, é discutida a perspectiva da Lógica Natural, de Jean-Blaise Grize. O autor, assim como Perelman e Toulmin, opunha-se aos sistemas lógicos formais já em 1958, no texto *Portée et limites du formalisme*, embora tenha contribuído com o *Centre International d'Épistémologie Génétique – Cieg*, liderado por Jean

⁴ Tal informação decorre do acesso ao perfil de Michel Meyer no *Google Scholar* em dez. 2023.

⁵ É importante destacar que a retórica já estava presente nas reflexões de Meyer desde o doutorado, que foi orientado por Chaïm Perelman.

⁶ A perspectiva retórica de Tindale não é discutida na obra resenhada, mas tem ganhado destaque no âmbito mundial, sobretudo em relação com estudos antropológicos a partir de conceitos como o de ambiente cognitivo (Tindale, 2017, 2021).

Piaget, como “lógico de plantão” (p. 307), buscando consolidar uma lógica das ações concretas do cotidiano. A concepção central da Lógica Natural é o conceito de esquematização, explicado por Banks-Leite da seguinte forma: “a partir da situação na qual o locutor se encontra, ele constrói uma determinada representação de si mesmo, do ouvinte ou auditório, do que ele próprio concebe de uma certa realidade e da finalidade que visa atingir” (p. 310). De acordo com a autora, esse é o ponto de contato com a argumentação, uma vez que essas esquematizações seriam apresentadas para modificar uma opinião, transformar um conhecimento, propor um raciocínio, entre outras possibilidades. Como Banks-Leite reconhece, trata-se de uma concepção ampla de argumentação, que se distingue daquelas baseadas em apresentação de razões em defesa de respostas apresentadas a questões/problemas colocados por sujeitos em interações. A autora finaliza o capítulo destacando a relevância da perspectiva em articular áreas que pouco dialogavam à época, como a lógica e os estudos linguístico-discursivos.

Caminhando para a parte final do livro, são discutidas duas perspectivas recentes que centralizam o languageiro em suas propostas. No décimo primeiro capítulo, o Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris discute a Abordagem Sociodiscursiva da Argumentação, de Ruth Amossy, também conhecida por Argumentação no Discurso.

Amossy dispensa apresentações no contexto brasileiro, uma vez que integra reflexões de inúmeras pesquisas nas mais variadas vertentes – da Linguística Textual aos estudos discursivos e argumentativos –, com contribuições sobre os conceitos de *ethos* (as imagens de si), *doxa* (as opiniões comuns), *topos* (os lugares-comuns), além de sistemática teorização sobre polêmica. Isso decorre da integração promovida por Amossy, que articula retórica, argumentação e análise do discurso, compreendendo a segunda “como uma dimensão inerente do discurso e como um projeto declarado de persuasão, ou seja, à diferenciação entre a dimensão argumentativa e a visada argumentativa dos discursos” (p. 329).

Como salienta Piris, a contribuição de Amossy reside “em ter proporcionado a análise de noções retóricas como a *doxa*, o *tópos*, o *tropo*, as provas do *ethos*, *páthos* e *logos*, o orador e a audiência sob a perspectiva das teorias pragmáticas em diálogo com a lógica natural e a sociologia dos campos” (p. 350). Por já ser uma perspectiva bastante conhecida no país, vemos a relevância de haver um espaço dedicado a ela na obra, uma vez que demarca uma proposta de forte tração nas investigações conduzidas no Brasil.

Uma perspectiva que tem ganhado maior destaque nas pesquisas sobre argumentação no contexto brasileiro é o Modelo Dialogal de Christian Plantin, que é tratado no último capítulo, de autoria do Prof. Dr. Rubens Damasceno-Morais. A localização da perspectiva na obra, em nossa visão, não é fortuita, uma vez que, por consistir em uma proposta mais recente do que as anteriores⁷, congrega reflexões críticas em relação às outras perspectivas.

⁷ A perspectiva é apresentada de forma consolidada em língua portuguesa apenas em 2008 com a publicação da tradução do livro *A argumentação: história, teorias, perspectivas*.

Um exemplo disso é a centralidade das noções de problema e de questão, que, como vimos nas páginas anteriores, já eram conceitos caros a Meyer; ou mesmo o conceito de *doxa* – caro aos estudos retóricos –, que articula a relação entre posições contraditórias sob uma questão. O diferencial e a contribuição da perspectiva revelam-se na saliência do aspecto interacional, no diálogo entre interlocutores que assumem papéis argumentativos na defesa, no ataque ou na dúvida em relação a posições em uma interação contextualizada.

Damasceno-Morais inicia o capítulo promovendo um contraponto entre retórica, lógica e dialética para demarcar o diferencial da proposta de Plantin ante as três, o que é válido, dada a novidade da perspectiva. Um contributo fundamental do capítulo é a discussão de conceitos produtivos para a perspectiva, como a diferença entre dialogal e dialógico, a *estase*, a questão argumentativa, os papéis argumentativos e as emoções argumentadas⁸, sobretudo por considerarmos a forte presença do Modelo Dialogal em pesquisas sobre argumentação no Brasil, seja para a análise de interações argumentativas, seja para o ensino de argumentação.

Aproximando-nos do fim desta resenha, após termos passado por diversas perspectivas, podemos refletir sobre a contribuição que a obra *Introdução às Teorias da Argumentação* pode promover para pesquisadores/as em formação interessados/as nos estudos argumentativos. Tal como foi concebida e construída, a obra permite que se compreenda que a argumentação consiste em um objeto de investigação de uma área de conhecimento complexa que, embora mantenha relações próximas com os estudos da linguagem por meio de abordagens linguísticas, interacionais e discursivas, tem autonomia em relação a eles, o que exige do/a pesquisador/a se apropriar de uma área que, muitas vezes, não teve espaço em sua formação inicial.

Entendemos que essa pluralidade de perspectivas sinaliza outra particularidade brasileira: a busca pela apreensão de conceitos, metodologias e reflexões de distintas abordagens de forma a tomar tais aspectos e transformá-los em um modo brasileiro de pensar a argumentação, de analisá-la e de ensiná-la. Sabemos que, entre as perspectivas trabalhadas no livro, há aquelas que guardam em sua proposição uma relação com o ensino e outras que não incluíam reflexões voltadas à formação de docentes e discentes. Contudo, mesmo aquelas que se aproximam do ensino, muitas vezes, se isentam de reflexões próprias da tensão do *ensinar a argumentar* e *argumentar para ensinar*, marca de reflexões desenvolvidas por distintos grupos brasileiros.

Para finalizar, o livro *Introdução às Teorias da Argumentação*, mais do que uma ode a perspectivas estrangeiras, atua, no contexto brasileiro de 2023, como um manual de diferenciação das distintas preocupações que caracterizam o campo da argumentação atualmente, aspecto fundamental para o refinamento das reflexões das novas gerações de pesquisadores/as da área de Letras e de Argumentação no Brasil, que estão se formando em um novo contexto dos estudos de argumentação no país.

Desejamos, por fim, uma boa leitura da obra.

⁸ Essas têm consistido no objeto mais recente de investigação de Plantin.

Financiamento

Gabriel Isola-Lanzoni agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de pesquisa de doutorado – bolsa nacional (nº do processo: 88887.648232/2021-00) e internacional (nº do processo: 88887.694380/2022-00).

Referências

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. trad. Eduardo Lopes Piris; Moisés Olímpio-Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 15, n. 3, p. 236-266, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457347130>.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; ISOLA-LANZONI, G. A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube. *Redis: Revista de Estudos do discurso*, v. 8, n. 0, p. 84-121, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21747/21833958/red8a4>.

GRIZE, J-B. Portée et limites de la formalisation. In: GRIZE, Jean-Blaise. *De la logique à l'argumentation*. Genève; Paris: Librairie Droz, 1982. p. 91-105.

LANGSDORF, L. Argumentation as contextual logic: An appreciation of backing in Toulmin's model. *Cogency*, v. 3, n. 2, p. 51-78, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3963390>.

MCKERROW, R. Critical rhetoric: Theory and praxis. *Communication Monographs*, v. 56, n. 2, p. 91-111, jun. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1080/03637758909390253>.

MCKERROW, R. Alguns conceitos-chave da Retórica Crítica. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 23, n. 2, p. 170-179, 13 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3918>.

MEYER, M. *O filósofo e as paixões*. Esboço de uma história da natureza humana. trad. Sandra Fitas. Porto: Edições ASA, 1994.

MEYER, M. *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Coimbra: Edições 70, 2007.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PIRIS, E. L.; GRÁCIO, R. A. (Orgs.). *Introdução às teorias da argumentação*. Campinas: Pontes, 2023.

PLANTIN, C. *A argumentação: História, teorias, perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.

TINDALE, C. W. Replicating Reasons: Arguments, Memes, and the Cognitive Environment. *Philosophy & Rhetoric*, v. 50, n. 4, p. 566-588, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5325/philtrhet.50.4.0566>.

TINDALE, C. W. *The Anthropology of Argument Cultural Foundations of Rhetoric and Reason*. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021.

TOULMIN, S.; RIEKE, R.; JANIK, A. *An introduction to reasoning*. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LINHA D'ÁGUA

WALTON, D. *Informal logic: a handbook for critical argumentation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/243765154_Informal_Logic_A_Handbook_for_Critical_Argumentation. Acesso em: 22 mar. 2023.

WALTON, D. *Methods of Argumentation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781139600187/type/book>. Acesso em: 10 set. 2022.